

Sumário

Apresentação	13
Capítulo I – O inquérito policial	
<i>Alexandre Arana de Salim</i>	17
1. Considerações iniciais	17
1.1. O Projeto de Lei 4.209/2001, atualizado em 08 de agosto de 2008	17
1.2. A (in)efetividade do inquérito policial	18
2. As investigações extrapoliciais	19
2.1. A possibilidade de o MP realizar investigação criminal	19
2.2. O controle externo da atividade policial pelo Ministério Público	21
3. Natureza jurídica	21
4. Destinatários	22
5. Características	22
5.1. Formal	22
5.2. Oficial	22
5.3. Obrigatório ou oficioso	22
5.4. Sigiloso	23
5.5. Indisponível	23
5.6. Inquisitório	23
5.7. Procedimento próprio de autoridade pública	24
5.8. Sistemático	24
5.9. Unidirecional	24
5.10. Discricionário	25
5.11. Prescindível ou dispensável	25
6. Procedimento do inquérito policial	25
6.1. A instauração	25
6.1.1. Nos crimes de ação penal pública incondicionada (art. 5º, incs. I e II, e §§ 1º, 2º e 3º, do CPP)	25
6.1.1.1. De ofício	25
6.1.1.2. Por requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público	26
6.1.2. Nos crimes de ação penal pública condicionada (art. 5º, § 4º, do CPP)	26
6.1.2.1. Mediante representação do ofendido ou de seu representante legal	26
6.1.2.2. Mediante requisição do Ministro da Justiça	27
6.1.3. Nos crimes de ação penal privada (art. 5º, § 5º, do CPP)	27
6.1.4. Indeferimento para a instauração do IP	27
6.1.5. O Flagrante como forma de instauração do IP	27
6.2. O procedimento investigatório	27
6.2.1. Dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais	28
6.2.2. Apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais	28
6.2.3. Colher as provas que servirem para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias – a distinção entre atos de investigação e atos de prova	28
6.2.4. Ouvir o ofendido	29
6.2.5. Ouvir o indiciado, com observância, no que for aplicável, do disposto no Capítulo III do Título VII deste Livro, devendo o respectivo termo ser assinado por 2 (duas) testemunhas que lhe tenham ouvido a leitura	30
6.2.6. Proceder a reconhecimento de pessoas e coisas e acareações	30
6.2.7. Determinar, se for o caso, que se proceda a exame de corpo de delito e a quaisquer outras perícias	30
6.2.8. Ordenar a identificação do indiciado pelo processo datiloscópico, se possível, e fazer juntar aos autos sua folha de antecedentes	31

6.2.9. Averiguar a vida pregressa do indiciado, sob o ponto de vista individual, familiar e social, sua condição econômica, sua atitude e estado de ânimo antes e depois do crime e durante ele, e quaisquer outros elementos que contribuírem para a apreciação do seu temperamento e caráter	31
6.2.10. Proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que esta não contrarie a moralidade ou a ordem pública	32
6.3. O indiciamento	32
6.3.1. A situação jurídica do indiciado	33
6.3.2. O indiciado menor	33
6.3.3. Investigado membro do Ministério Público ou da Magistratura	34
6.3.4. A incomunicabilidade do indiciado	34
6.4. O encerramento	34
6.5. O prazo para conclusão	35
6.5.1. Prazos especiais	35
6.5.2. A compensação de prazos	36
6.6. O arquivamento	36
6.6.1. O art. 28 do Código de Processo Penal	37
6.6.1.1. Crimes de atribuição originária do Procurador-Geral	37
6.6.1.2. Arquivamento postulado pelo Ministério Público Federal	38
6.6.2. Decisão em regra irrecurável	38
6.6.3. Arquivamento e ação penal privada subsidiária	38
6.6.4. Arquivamento por falta de provas	38
6.6.5. Arquivamento na ação penal privada	39
6.6.6. Arquivamento implícito	39
6.6.7. Arquivamento indireto	40
6.6.8. Inquérito policial e extinção da punibilidade	40
6.6.9. O arquivamento do inquérito e o PL 4.209/01	40
7. A devolução do inquérito para diligências	41
8. A circunscrição policial	42
8.1. Atos policiais e circunscrição diversa	42
9. Crime praticado por autoridade que dispõe de foro privilegiado	42
10. O valor probatório do inquérito policial	43
10.1. Atos definitivos ou irrepetíveis e atos transitórios ou repetíveis	43
11. Vícios no inquérito policial	44
12. As infrações penais de menor potencial ofensivo	44
13. O inquérito policial e a Lei de Falências	45

Capítulo II – Do procedimento comum ordinário

<i>Charles Emil Machado Martins</i>	47
1. Processo e Procedimento	47
2. Oferecimento da denúncia ou queixa (início do processo)	48
3. Formalidades da denúncia e da queixa	49
4. Denúncia e suspensão condicional do processo	51
5. Recebimento da denúncia ou queixa	52
6. Recebimento da denúncia por outra definição jurídica	53
7. Recebimento parcial da denúncia ou queixa	55
8. Recebimento da inicial e posterior rejeição ou <i>habeas corpus</i> de ofício	55
9. Rejeição liminar da denúncia ou queixa	56
9.1. Petição inicial manifestamente inepta	57
9.2. Falta de pressuposto processual	57
9.2.1. Pressupostos de existência	58
9.2.2. Pressupostos de validade	58
9.2.3. Pressupostos de validade negativos	59
9.3. Falta de condição para o exercício da ação penal	59
9.3.1. Possibilidade Jurídica do pedido	60
9.3.2. Interesse de agir	62
9.3.3. Legitimidade <i>ad causam</i>	63
9.3.4. Condições específicas de procedibilidade	64
9.3.5. Justa causa	64
10. Rejeição e "não-recebimento" da inicial: haverá diferença?	66
11. Citação	67

11.1. Citação pessoal	68
11.1.1. Citação por precatória	69
11.1.1.1. Caráter itinerante da precatória	69
11.1.2. Citação do militar	69
11.1.3. Citação de funcionário público	70
11.1.4. Citação do réu preso	70
11.1.5. Citação do réu no estrangeiro	70
11.2. Citação com hora certa	71
11.3. Citação por edital	71
11.3.1. Citação por edital e a suspensão do processo e do prazo prescricional	72
12. Resposta escrita à acusação	74
13. Absolvção Sumária	75
14. A denúncia será recebida novamente?	77
15. Audiência para proposta de suspensão condicional do processo	78
16. Audiência de instrução e julgamento	79
17. Sentença: definição, classificação e requisitos	85
17.1. Providências adotadas pelo juiz na sentença absolutória	86
17.2. Providências adotadas pelo juiz na sentença condenatória	86
17.3. Sentenças desclassificadoras e a correlação entre a acusação e a sentença	89
17.3.1. <i>Emendatio libelli</i>	89
17.3.2. <i>Mutatio libelli</i>	90
18. Identidade física do juiz	92
18.1. Prazo para encerramento da instrução no caso de réu preso	92
19. Roteiro simplificado do procedimento ordinário	94

Capítulo III – Do procedimento comum sumário

Diogo Machado de Carvalho

<i>Diogo Machado de Carvalho</i>	95
1. De garante a degradante: o processo como verdadeira pena	95
2. Uniformização procedimental e subsidiaridade do rito ordinário	96
3. Audiência de instrução e julgamento: um <i>affair</i> acusatório	96
3.1. Declarações do ofendido	97
3.2. Inquirição das testemunhas	98
3.3. Esclarecimento dos peritos, acareações e reconhecimentos	99
3.4. Enfim no seu devido lugar: o interrogatório como principal ato de defesa	101
3.5. Alegações finais orais	103
3.6. Sentença penal: oral e imediata	104
3.7. Lavratura do termo de audiência	105

Capítulo IV – Do procedimento no tribunal do júri

David Medina da Silva

<i>David Medina da Silva</i>	107
1. Introdução	107
2. Princípios constitucionais do Júri	108
2.1. Plenitude de defesa	108
2.2. Sigilo das votações	108
2.3. Soberania dos veredictos	109
2.4. Competência para os crimes dolosos contra a vida	110
3. Panorama do procedimento do Júri	111
3.1. Principais inovações da Lei nº 11.689/08	111
3.2. Procedimento escalonado	113
3.3. Síntese do procedimento	113
4. Estrutura e organização do Tribunal do Júri	113
4.1. Composição	113
4.2. Juiz-presidente	114
4.3. Jurados	114
4.3.1. Seleção e classificação dos jurados	114
4.3.2. Função de jurado	115
4.3.3. Suspeições, impedimentos e incompatibilidades	115
5. Primeira fase procedimental: "judicium accusationis"	116
5.1. Definição	116

5.2. Oferecimento de denúncia ou queixa	116
5.3. Recebimento ou rejeição da denúncia ou queixa	118
5.4. Citação	118
5.5. Resposta escrita	118
5.6. Réplica e despacho	118
5.7. Audiência concentrada	119
5.8. Pronúncia	119
5.9. Impronúncia	120
5.10. Absolvção sumária	120
5.11. Desclassificação	121
5.12. Alterações da denúncia e da pronúncia	121
5.13. Intimação da pronúncia	121
5.14. Recurso da primeira fase	121
5.15. Efeito preclusivo e alteração da pronúncia	122
5.16. Prazo para encerramento da primeira fase	122
6. Segunda fase procedimental: "judicium causae"	122
6.1. Definição	122
6.2. Preparo do processo, organização da pauta e convocação de jurados	122
6.3. Desaforamento	123
6.4. Julgamento pelo Tribunal do Júri	123
6.5. Roteiro da sessão de julgamento	124
6.6. Recurso da segunda fase	132
7. Súmulas	132
7.1. Supremo Tribunal Federal	132
7.2. Superior Tribunal de Justiça	133
8. Esquema do procedimento	133
8.1. Primeira fase: "judicium accusationis"	133
8.2. Segunda fase: "judicium causae"	134
9. Roteiro simplificado da sessão de julgamento	134

Capítulo V – Do procedimento aplicável aos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos

<i>Rodrigo da Silva Brandalise</i>	137
1. Introdução	137
2. Crimes funcionais e o Juizado Especial Criminal	138
3. Da aplicação da lei processual penal no tempo	139
4. Procedimento aplicável aos crimes de responsabilidade do funcionário público pelo Código de Processo Penal, anteriormente à Lei Federal nº 11.719/08	139
5. Procedimento aplicável aos crimes de responsabilidade do funcionário público com o advento da Lei Federal nº 11.719/08	142
6. Roteiro do procedimento após o advento da lei federal nº 11.719/08	146

Capítulo VI – Do procedimento dos crimes contra a honra

<i>Nereu José Giacomolli</i>	147
1. Ritualística processual	147
2. Particularidades do exercício da ação penal	149
2.1. Espécies de ação penal	149
2.2. Facultatividade do pedido de explicação	150
2.3. Requisitos específicos da queixa-crime	151
2.4. Suspensão condicional do processo	151
3. Especialidade do rito processual	152
3.1. Audiência de reconciliação (arts. 520, 521 e 522 do CPP)	152
4. Defesas específicas	153
4.1. Imunidades	153
4.2. Exceção da verdade ou <i>exceptio veritatis</i> (art. 523 do CPP)	154
4.3. Renúncia e perdão	155
4.4. Decadência	156
4.5. Retratação	156
4.6. Provocação e retorsão imediata	156
4.7. Perempção	156

Capítulo VII – Dos crimes contra a propriedade intelectual e seu procedimento	
<i>Marcelo José da Costa Petry</i>	159
1. Introdução	159
2. Discussão constitucional	161
3. Dos procedimentos	162
4. Ação penal privada genuína	165
5. Dos crimes e juizados especiais criminais	167
6. Das medidas assecuratórias	168
Capítulo VIII – Abuso de autoridade e seu procedimento	
<i>Antonio Cezar Lima da Fonseca</i>	175
1. Nota introdutória	175
2. A Lei nº 4.898, de 09 de dezembro de 1965	176
2.1. Sujeitos do crime	177
2.2. Objetividade jurídica	178
3. Da ação penal	179
3.1. Não-aplicação da Lei n. 9.099/95	180
3.2. Competência e procedimento	182
4. O julgamento do abuso	183
4.1. Representação e denúncia	184
4.2. Audiência e sentença	185
Capítulo IX – Dos juizados especiais criminais	
<i>Maurício Trevisan</i>	187
1. Contextualização da temática	187
2. “Molas propulsoras” da sistemática dos Juizados Especiais Criminais	188
3. Competência dos Juizados Especiais Criminais	189
4. Procedimento Sumaríssimo (em sentido amplo)	192
4.1. Fase preliminar	192
4.1.1. Termo circunstanciado	192
4.1.2. Audiência preliminar	194
4.1.2.1. Tentativa de composição civil	194
4.1.2.2. Transação penal	196
4.2. Procedimento Sumaríssimo (em sentido estrito)	199
5. Recursos	204
Capítulo X – Comentários às disposições penais e processuais da Lei nº 9.613/98 (Lavagem de Dinheiro)	
<i>Luciano Feldens e Débora Poeta</i>	207
1. Histórico sobre a criminalização da lavagem	207
1.1. Origens da lavagem como fenômeno	207
1.2. Origens da Lei nº 9.613/98: um compromisso internacional	208
1.3. Origens da expressão “lavagem” de dinheiro	209
2. Objeto de tutela no crime de lavagem de dinheiro	209
2.1. Fases da lavagem no modelo clássico (FATF/GAFI)	209
2.2. Bem jurídico protegido	211
2.2.1. Administração da Justiça	211
2.2.2. Sobreproteção do bem jurídico do crime antecedente	212
2.2.3. Ordem econômica (e sua correlação com o sistema financeiro)	212
2.2.4. Pluriofensividade do delito: característica sugerente de uma pluralidade de objetividades jurídicas	213
3. Disposições penais da Lei nº 9.613/98 (tipologia)	213
3.1. Tipo objetivo (verbos nucleares)	213
3.1.1. Ocultar ou dissimular	213
3.1.2. Sentido específico da ocultação no tipo penal de lavagem. A diferença entre a lavagem, o favorecimento real e a receptação	214
3.1.3. Tipo penal misto alternativo	215
3.2. Tipo subjetivo	215
3.3. Crimes antecedentes	216
3.3.1. Modelo catálogo (lista taxativa)	216
3.3.2. Modelo aberto	216

3.3.3. Modelo misto (modelo adotado pelo Brasil)	217
3.4. O rol de crimes antecedentes adotado pela Lei nº 9.613/98	217
3.5. Análise crítica sobre a lista de delitos antecedentes adotada pelo Brasil e anteprojeto de lei que amplia a lavagem para abranger qualquer delito antecedente	222
3.6. Tipos penais derivados: §§ 1º e 2º do art. 1º da Lei nº 9.613/98	224
3.7. Concurso de crimes	227
3.7.1. Entre a lavagem e o delito antecedente	227
3.7.2. Entre os diversos tipos penais da Lei nº 9.613/98	227
3.8. Consumação e tentativa	227
3.8.1. É possível ter-se por consumada a lavagem quando tentado o crime antecedente?	227
3.8.2. A relação entre o crime tentado do <i>caput</i> e consumado do §1º	228
3.9. Causa especial de aumento de pena	228
3.10. Delação premiada	229
4. Disposições processuais especiais	229
4.1. Rito processual	229
4.2. Autonomia do crime de lavagem de dinheiro	230
4.3. Questões polêmicas	231
4.3.1. Sobre a (não) exigência de prova cabal acerca da prática do crime antecedente	231
4.3.2. É possível a condenação pelo crime de lavagem de dinheiro quando o crime antecedente foi cometido antes da entrada em vigor da Lei nº 9.613/98?	232
4.4. Competência	233
4.5. Inaplicabilidade do artigo 366 do CPP aos crimes previstos nesta Lei	235
4.6. Proibição de concessão de liberdade provisória	235
4.7. Medidas assecuratórias	236
5. Casuística	238
5.1. Depósito do dinheiro ilícito em conta-corrente de empresa de terceiro	239
5.2. Desvio de dinheiro e depósito em conta de laranja aberta para esse fim: ocultação e/ou dissimulação	239
5.3. Desvio de dinheiro de contas de clientes de instituição financeira para depósito em conta de terceiros: duas soluções possíveis, a depender da finalidade do agente	240
5.4. Aquisição de bens com o produto do crime antecedente	240

Capítulo XI – Da persecução criminal na falência

<i>Luiz Inácio Vigil Neto</i>	241
1. Teoria sistêmica e elementos fundacionais	241
1.1. Apresentação	241
1.2. Fundamentos do sistema repressivo penal falimentar	242
1.2.1. Justa causa	242
1.2.2. Configuração típica	243
1.2.3. Condição(ões) para o exercício legítimo da pretensão punitiva	244
1.2.4. Identificação dos agentes puníveis	245
1.2.5. Prescrição	247
1.2.6. Direito intertemporal	248
1.3. Efeitos da condenação	249
2. O procedimento investigatório e o procedimento acusatório	249

Capítulo XII – Da violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei 11.340/06)

<i>Pedro Rui da Fontoura Porto</i>	253
1. Introdução	253
2. Síntese das alterações de Direito material produzidas pela Lei 11.340/06	254
2.1. A natureza da ação penal nos crimes do art. 129, § 9º, do CP	255
3. Aspectos procedimentais da Lei 11.340/06	258
3.1. As novas atribuições das polícias em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher	259
3.2. O Pedido da Ofendida	261
3.3. Crimes de ação penal condicionada à representação, providências policiais e pedido da ofendida	262
3.4. A prisão em flagrante e a prisão preventiva nos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher	264
3.5. Os casos do art. 129, § 9º, e a substituição do art. 44, ambos do Código Penal: a ressurreição do <i>sursis</i>	265
4. Conclusão Final	267
5. Quadro sinóptico dos delitos praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher	267
6. Exercícios de fixação	268

Capítulo XIII – Aspectos procedimentais controvertidos da Lei de Drogas	
<i>Fernando Gerson</i>	271
1. Introdução	271
2. A idéia de lide na Lei de Drogas e a flexibilização do modelo criminal repressivo frente ao usuário	272
2.1. Procedimento e lide na política de repressão à criminalidade prevista na Lei nº 11.340/06	272
2.2. Aplicação das medidas retributivo-assistenciais previstas no artigo 28 da Lei de Drogas	275
3. Aspectos polêmicos do procedimento especial previsto na lei de drogas	278
3.1. A conexão processual e a execução da medida despenalizadora da transação penal aplicada ao agente transgressor das proibições contidas no artigo 28 da Lei nº 11.340/06	278
3.2. A investigação criminal e o rito especial da Lei de Drogas	281
4. Conclusão	286
5. Fluxograma	288
Capítulo XIV – Habeas Corpus	
<i>Marcus Vinicius Boschi</i>	289
1. Introdução	289
2. Origem e conceito	290
3. Concepções gerais e função do <i>Habeas Corpus</i>	290
4. Nova reconfiguração conceitual	290
5. A ilegalidade manifesta	291
6. Sujeitos do <i>habeas corpus</i> : paciente, impetrante e autoridade coatora. Conceito e considerações gerais	292
7. Hipóteses autorizativas de <i>Habeas Corpus</i> previstas no Código de Processo Penal	294
7.1. Ausência de justa causa	294
7.2. Excesso de prazo na prisão cautelar	296
7.3. Incompetência	299
7.4. Cessação dos motivos que autorizam a coação	300
7.5. Denegação de fiança, quando cabível	300
7.6. Nulidade manifesta do feito	301
7.7. Quando extinta a punibilidade	301
8. Formas de impetração e considerações gerais	302
9. Medida liminar e informações da autoridade coatora	303
10. Habeas Corpus contra ato da Turma do Juizado Especial Criminal	304
11. Parecer do Ministério Público	304
12. <i>Habeas Corpus</i> e prisão militar	306
13. <i>Habeas Corpus</i> e apelação concomitantes. Da busca pelo recurso em liberdade	306
14. <i>Habeas Corpus</i> , estado de defesa e estado de sitio	307
15. Coação ilegal praticada por membro do Ministério Público	307
16. Observações finais	308
Capítulo XV – Mandado de segurança criminal	
<i>Miguel Tedesco Wedy</i>	309
1. Nota introdutória	309
2. Noções gerais e previsão constitucional e legal do mandado de segurança	311
3. Do cabimento do mandado de segurança contra ato jurisdicional	311
4. O mandado de segurança e o Ministério Público	312
5. O mandado de segurança e a defesa	313
6. Das condições da ação, dos pressupostos processuais e da competência do mandado de segurança criminal	315
7. Do pedido de liminar em mandado de segurança	317
8. Da citação (notificação) e das informações da autoridade (defesa) em mandado de segurança	318
9. Da intervenção do Ministério Público	319
10. Da sentença e dos recursos	319
11. Súmulas do STF e STJ	320
11.1. Súmulas do STF	320
11.2. Súmulas do STJ	321
12. Resumo	321
Capítulo XVI – Da revisão criminal	
<i>Francis Rafael Beck</i>	323
1. Definição	323
2. Natureza Jurídica	323

3. Base legal	324
4. Pressuposto	324
5. Hipóteses de cabimento	324
6. Ausência de taxatividade das hipóteses legais	330
7. Legitimidade	331
8. Competência	332
9. Desnecessidade de recolhimento à prisão para o requerimento de revisão criminal	334
10. Ausência de prazo	334
11. Endereçamento	334
12. Formação da peça	334
13. Procedimento	335
14. Pedido liminar de efeito suspensivo da sentença condenatória em revisão criminal	336
15. Possibilidade de sustentação oral	337
16. Juízo rescindente e juízo rescisório	337
17. Ônus da prova e <i>in dubio pro societate</i> ou <i>pro re judicata</i>	337
18. Conseqüências da procedência do pedido revisional	338
19. Possibilidade de reconhecimento de direito à indenização	339
20. Possibilidade de decisão <i>extra</i> ou <i>ultra petita</i>	340
21. Recursos cabíveis	340
22. Revisão criminal e efeito extensivo	341
23. Reiteração do pedido	341
24. Revisão e justificação criminal	341
25. Questões especiais	342
Bibliografia	347